

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.545.123 - DF (2015/0180823-2)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : R M C - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO**  
**ADVOGADO : THIAGO MACHADO DE CARVALHO E OUTRO(S) -**  
**DF026973**  
**RECORRIDO : J H DE S**  
**ADVOGADO : DANILO BOMFIM SOARES (ASSISTÊNCIA**  
**JUDICIÁRIA) - DF030998**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E**  
**TERRITÓRIOS**

**DECISÃO**

**R. M. C.** interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** no Recurso em Sentido Estrito n. 2013.01.1.109769-9.

Em suas razões, a recorrente aponta violação dos arts. 74, § 1º, 268 e 271, todos do Código de Processo Penal, ao argumento de que o assistente de acusação possui legitimidade para recorrer da decisão de pronúncia, a fim de que o réu seja julgado por outro delito mais grave.

Defende: "tolher da vítima o direito de buscar a correta penalização do seu ofensor ou simplesmente atrelar à atuação do Ministério Público toda a possibilidade acusatória do processo, com o devido respeito, é afirmar que o cidadão que sofreu com as mazelas do crime não pode buscar a justiça na amplitude que considere adequada" (fl. 552).

Indica a existência de divergência entre o acórdão impugnado e julgado desta Corte Superior, que reconheceu a legitimidade do assistente da acusação para interpor recurso contra decisão de pronúncia, com a finalidade de incluir qualificadora no delito de homicídio imputado ao pronunciado.

Por fim, indica os motivos pelos quais entende que a conduta praticada pelo acusado se amolda ao tipo que descreve o crime de roubo, não o de furto.

Requer o provimento do especial para que seja reconhecida

sua legitimidade para interpor recurso em sentido estrito contra a pronúncia.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 623-629) e admitido o especial na origem (fls. 631-633), o Ministério Público Federal opinou pelo seu não provimento (fls. 792-800).

**Decido.**

Infere-se dos autos que o recorrido foi denunciado como incurso nos arts. 121, § 2º, III, IV e V, c/c o art. 14, II, 155, *caput*, e 217-A, § 1º, todos do Código Penal.

Encerrada a fase do *iudicium accusationis*, o Magistrado do Tribunal do Júri da Circunscrição Judiciária de Brasília/DF pronunciou o acusado, nos termos da incoativa.

A assistente de acusação interpôs recurso em sentido estrito visando à modificação da definição jurídica do crime contra o patrimônio imputado ao pronunciado, de furto para roubo. Entretanto, o Tribunal estadual não conheceu da insurgência aludida, sob os seguintes fundamentos (fls. 537-540):

**RECURSO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO**

b) Pedido de pronúncia pela prática do crime de roubo em vez de furto.

O Assistente de Acusação pretende que o réu seja pronunciado pelo crime de roubo em vez de furto.

O Ministério Público se manifestou no sentido de manter incólume a sentença que pronunciou o réu como incurso nas penas do art. 121, § 2º, incisos III, IV e V, c/c o art. 14, inciso II, art. 155, *caput* e art. 217-A, § 1º, todos do Código Penal (431-435), nos termos da denúncia.

Entendo que a substituição do crime de roubo pelo de furto, contrariamente ao que foi capitulado na denúncia, implicaria em aditamento a peça acusatória pelo Assistente de Acusação, o que é vedado, uma vez que não encontra previsão no art. 271 do Código de Processo Penal, cujo rol é taxativo:

[...]

Observa-se que, em todas as hipóteses em que o Assistente de Acusação pode arrazoar os recursos do Ministério Público, apenas poderá fazê-lo por meio de apelação, não de recurso em sentido estrito, e somente nos casos em que o

Ministério Público for inerte, ou, ainda, para impugnar pontos da decisão em que se verificou a sucumbência, o que não é o caso dos autos.

Nesse sentido se manifestou o Ministério Público em relação ao pedido do Assistente de Defesa:

Não pode o assistente de acusação interpor recurso pleiteando capitulação diversa da Denúncia, ainda mais quando a Pronúncia a acolheu integralmente, estando ausente o interesse de agir.

Além disso, importante salientar que o Código de Processo Penal prevê como "dominus litis" da ação penal o Ministério Público, sendo somente o "parqueei legitimado para aditar a denúncia, o que não ocorreu no presente processo (fls. 440).

[...]

Ressalte-se, ainda, que o Assistente de Acusação não pode recorrer da decisão que pronunciou o réu, mas unicamente contra sentença de absolvição definitiva (art. 598 do CPP); absolvição sumária, por extinção de punibilidade (IV do art. 397 do CP); e decisão de impronúncia (art. 416 do CPP).

Dessa maneira, não conheço do recurso interposto pelo Assistente de Acusação em face da sua ilegitimidade para aditar a denúncia.

Pela leitura do aresto impugnado, verifico que este vai ao encontro de entendimento assente desta Corte Superior de que "O assistente de acusação detém legitimidade restrita às hipóteses taxativamente previstas no art. 271 do Código de Processo Penal." (**AgRg no Ag n. 1.378.822/ES**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, 5ª T., DJe 22/9/2015).

Na mesma direção:

[...]

1. Prevalece no Superior Tribunal de Justiça a diretriz no sentido de que a legitimidade do Assistente para recorrer está restrita às hipóteses elencadas no art. 271 do Código de Processo Penal.

2. Nessa linha de raciocínio, o assistente da acusação não tem legitimidade para interpor recurso em sentido estrito contra decisão que concede a suspensão condicional do processo, tendo em vista que referida hipótese não se encontra no rol taxativo do art. 271 do Código de Processo Penal. De igual forma, não tem o assistente da acusação direito à inclusão de nova condição na proposta de

suspensão condicional do processo apresentada pelo Ministério Público, pois tal atribuição pertence ao titular da ação penal, nos termos do art. 89 da Lei n. 9.099/95, podendo o Magistrado fixar outras condições, conforme previsão expressa no § 2º de referido dispositivo (AgRg no RMS 54.426/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 05/03/2018). [...]

[...]

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 1.140.830/RJ, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Rel. p/ Acórdão Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 3ª S., DJe 8/2/2019)

[...]

II - "O assistente de acusação detém legitimidade restrita às hipóteses taxativamente previstas no art. 271 do Código de Processo Penal." (AgRg no Ag 1378822/ES, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 22/09/2015).

III - Esta Corte Superior de Justiça adota exegese restritiva quanto à intervenção do assistente de acusação, admitindo sua participação apenas nos atos taxativamente previstos no rol do art. 271 do Código de Processo Penal. Assim, a legitimidade recursal do assistente de acusação depende da inércia do Ministério Público, bem como da natureza da decisão a ser impugnada.

IV - *In casu*, a assistente de acusação interpôs recurso em sentido estrito contra a decisão que rejeitou parcialmente a denúncia em relação aos pacientes e outro réu, com fundamento na inépcia e ausência de justa causa para a ação penal, mesmo não tendo havido recurso por parte do Ministério Público.

V - Se o próprio *dominus litis* da ação penal deixou de recorrer, conformando-se com a decisão que rejeitou a denúncia quanto aos pacientes, mostra-se manifesta a ilegitimidade do assistente de acusação para interpor recurso em sentido estrito, buscando o recebimento da denúncia, pois tal hipótese não está prevista no rol do art. 271 do Código de Processo Penal.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para cassar o v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo no recurso em sentido estrito n. 0004963-54.2016.8.08.0014, e, assim, restabelecer a decisão proferida pelo Juízo da 3ª Vara Criminal de Colatina/ES, que rejeitou parcialmente a denúncia em relação a ALEXANDRE MAGNO AMARAL FERREIRA e

MÁRIO GIURIZATTO.

(HC n. 430.317/ES, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 14/8/2018)

O acórdão, portanto, está em harmonia com a jurisprudência deste Tribunal Superior, o que me permite o julgamento monocrático deste recurso nos termos da Súmula n. 568 do STJ, *in verbis*:

O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema. (Súmula 568, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/03/2016, DJe 17/03/2016)

Relativamente ao dissídio jurisprudencial, de pronto, verifico que a insurgente sequer indica o número do recurso especial que aponta haver a divergência. Ademais, não foi realizado o devido cotejo analítico entre o acórdão apontado como paradigma e o aresto recorrido, uma vez que a defesa apenas transcreveu excertos do julgado sem, contudo, demonstrar, de forma clara e objetiva, a suscitada incompatibilidade dos entendimentos jurisprudenciais invocados e a similitude fática entre as demandas, circunstâncias que evidenciam que não foi observado o disposto nos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, IV, "a", do CPC, c/c o art. 3º do CPP, e no art. 34, XVIII, "b", do RISTJ, **conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator